

CONSELHO FISCAL DO IPSERV

ATA DA 501ª (QUINGENTÉSIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE UBERABA – IPSERV – EXERCÍCIO 2026.

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de 2026, às nove horas, na sala de reuniões do IPSERV, realizou-se reunião presencial do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Uberaba – IPSERV com o objetivo de analisar a prestação de contas do mês de Fevereiro/26. Estiveram presentes a Conselheira Presidente Sra. Luzia Cristina da Silva, o Suplente Conselheiro Vice-Presidente Sr. Cláudio H. Ferreira o Conselheiro Secretário Sr. Carlos César Gonzaga e o membro do Comitê de Investimentos Sr. Afrânio Machado Borges Prata como convidado. Presentes também como voluntários, os representantes do IPSERV Sr. Márcio Adriano Oliveira Barros presidente e a Sra. Bianca Cardoso de Souza Prata Vidal Diretora Executiva. A convocação para a presente reunião foi publicada no Porta-Voz nº 2891 de 23/03/2026. Após constatação do quórum a Presidente Sra. Luzia fez a abertura da reunião, saudando todos os presentes. Acusamos a ausência da Conselheira Vice Presidente Josiane Lança de Azevedo por motivo profissional, por isto, recebemos o seu suplente para esta reunião. Esta ata tem como Anexo I o documento expedido por este Conselho destinado ao IPSERV definido como “Convocação” contendo a solicitação dos documentos para análise nesta reunião. Inicialmente foram tratados assuntos diversos. Em relação aos investimentos no exterior, na reunião de fevereiro/26 do Comitê de Investimentos, que apresentou um rendimento negativo caracterizando uma perda de (-)R\$339.161,20, e como Afrânio votou contra em fazer novo aporte de R\$7.000.000,00 (sete milhões) nesse segmento de investimento, e a cópia de seu parecer chegou para o Conselho Fiscal toda preta e ilegível, convidamos para que o próprio responsável pelo voto contrário pudesse nos esclarecer o conteúdo de seu parecer. Foi dada a palavra ao Sr. Afrânio, passando a argumentar que na reunião do Comitê de Investimentos de janeiro/26, quando foi tratado o assunto em relação aos R\$7.000.000,00, que teria que definir onde investir. Afrânio comenta que, Juliane defendeu que este valor fosse destinado a modalidade denominada “investimento no exterior” porque com a implementação da nova lei que determina que institutos com menor grau de certificação possuem limites restritivos para novas alocações em ativos mais complexos. Isto deve ser temporariamente, pois está ligado a qualificação do Pró Gestão. Carlos César observa que esta nova legislação, vem com a Resolução 5272 de 18/12/25 que revoga a Resolução CMN 4963/21 e entrando em vigor em 02/02/26. Afrânio explica que seu voto foi pautado na informação colhida na IA,

e que tinha a sensação de realmente não ser o momento de definir por esta modalidade de investimento, principalmente por causa de tanta instabilidade internacional. Porém, conclui que foi voto vencido, e que a os outros cinco componentes votaram a favor. Comenta também que foi informado por Carlos César que a perda total nos resultados dos investimentos no período foi de (-)R\$850.662,94 e que este valor não saiu na ata do comitê e sim somente o valor relativo ao investimento no exterior que foi de (-)R\$339.161,20. Afrânio se mostra surpreso em não constar na ata do Comitê de Investimento o valor (-) R\$511.177,11 relativo a perda no investimento Renda Variável. Questiona Márcio o porquê disto, que responde não saber informar, mas que poderá passar a relatar todos esses valores negativos também. Ficou acordado entre os dois, que a partir da próxima reunião do Comitê de Investimento, será inserido um quadro com o resultado de todos os valores positivos e negativos de cada segmento de investimento. Carlos César comenta que temos que aproveitar o momento. A taxa Selic nos seus 14,75%a.a. e com o segundo maior juro real do mundo girando de 9% a 10%a.a. Estamos vivendo nos últimos três anos a melhor época de nossa história para que investe no mercado financeiro. É o momento ideal para atingir resultados positivos em nossa carteira de investimentos. O documento solicitado no item 18 da Convocação não foi encaminhado. Porém recebemos um substituto que responde a nossa dúvida. O FID Nº. 107/255824 nos informa que a ausência do registro da Carta de Sentença do Jockey Centro se deu em virtude do não pagamento por parte da Prefeitura das custas cartorárias. Após dois anos de questionamentos diversos, tivemos nesta data a informação do porque da morosidade na regularização da transferência do Jockey Centro para o IPSERV. O DAIR 02/2026 solicitado no item 13 da convocação anexa, não foi entregue. Recebemos o impresso denominado AVISO sem assinatura e nem data, informando que o envio do referido documento não aconteceu porque estão temporariamente suspensos para adequação dos demonstrativos à Resolução CMN 5272/25. Informa também que o prazo final para entrega desse documento é 30/04/26. O documento solicitado no item 19 da convocação que é o Termo de Contrato de Cessão de Direito Real de Uso não foi entregue na pasta e nem foi encaminhado via e.mail. Isto deixa o Conselho Fiscal consternado pois é um direito legal nosso constante na Lei 11.234/11 Capítulo IV-A Seção I Art 5º §único e um dever da gestão do IPSERV disponibilizar o referido documento. Aguardamos o encaminhamento do referido documento. Após análise da apólice de seguro dos veículos Cruze LT 14/14 e Onix Joy 19/20, realizada com a Porto Seguro, ao constatar o valor de R\$14.259,10 este Conselho achou que o valor ficou acima da média do mercado. Na análise contábil iniciamos pelo Relatório de receitas: houve uma arrecadação de 6,9735% , equivalente a R\$ 15.447.351,86 (quinze milhões quatrocentos e quarenta e sete mil trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos).Balancete de Despesa completo: houve

um total de empenho no valor de R\$ 12.686.457,21 (doze milhões seiscentos e oitenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte e um centavos).Relatório de Analítico de Empenhos : houve um total de empenho no valor de R\$ 12.903.030,27 (doze milhões novecentos e três mil trinta reais e vinte e sete centavos).Demonstrativo da dívida flutuante: pode-se observar que tem ainda restos a pagar do exercício de 2021-2022-2023-2024. e que no exercício de 2025 tem em aberto ainda R\$ 61.131,45 (sessenta e um mil cento e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos), houve um repasse de aporte pela Prefeitura no valor de R\$ 5.492.004,97 .Demonstrativo das aplicações financeiras: houve um registro de rendimentos negativos no valor de R\$ 2.374.337,04 (dois milhões trezentos e setenta e quatro mil trezentos e trinta e sete reais e quatro centavos), e rendimentos positivos no mês no valor total de R\$ 12.730.841,17 (doze milhões setecentos e trinta mil oitocentos e quarenta e um reais e dezessete centavos). Gastos mensais com Aposentados e Pensionistas : No plano financeiro houve um acréscimo de 35 pessoas, um aumento equivalente a R\$ 241.927,97 (duzentos e quarenta e um mil novecentos e vinte e sete reais e noventa e sete centavos), já no Plano Financeiro , houve um acréscimo de 18 pessoas, aumento de um valor equivalente a R\$ 88.525,79 (oitenta e oito mil quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e nove centavos). Na análise dos relatórios disponibilizados pelo IPSEV, referentes às contribuições previdenciárias dos Planos Financeiro e Previdenciário, abrangendo o exercício de 2025 e os meses de janeiro e fevereiro de 2026, sendo identificadas pendências de pagamento, conforme evidenciado nas planilhas a seguir, as quais demonstram os valores apurados no exercício de 2025

PLANO FINANCEIRO 2025			
	JULHO	13º 2 P	Dezembro
CONT. SEGURADO MENSAL	551.161,31	521.007,35	547.126,75
PENDÊNCIA DE PAGAMENTO	-	48.197,17	84.712,54
CONT. PATRONAL MENSAL	514.077,37	549.129,53	513.484,79
PENDÊNCIA DE PAGAMENTO	11.827,30	218.449,20	27.481,89
APORTE	4.681.195,89	2.942.734,61	5.492.004,97
PENDÊNCIA DE PAGAMENTO	-	-	-
TICKET	144.145,39	-	143.105,39
PENDÊNCIA DE PAGAMENTO	-	-	-
PENDÊNCIA	11.827,30	266.646,37	112.194,43
TOTAL DE PENDÊNCIA EM 2025			390.668,10

PLANO PREVIDENCIÁRIO 2025			
	OUTUBRO	13º 2 P	DEZEMBRO

CONT. SEG MENSAL	4.442.079,98	4.336.705,39	2.635.844,96
PENDÊNCIA DE PAGAMENTO	588,31	863.581,27	2.635.844,96
CONT. PATR. MENSAL	4.125.558,60	4.163.117,55	4.152.084,06
PENDÊNCIA DE PAGAMENTO	-	-	-
PENDÊNCIA	588,31	863.581,27	2.635.844,96
TOTAL DE PENDÊNCIA EM 2025			3.499.426,23

Conforme os relatórios apresentados, está sendo formalizado acordo de parcelamento referente às contribuições previdenciárias patronais do Plano Previdenciário, no valor total de R\$ 23.224.765,49 (vinte e três milhões, duzentos e vinte e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), correspondentes ao período de julho a dezembro de 2025, incluindo a contribuição incidente sobre o 13º salário, bem como aos meses de janeiro e fevereiro de 2026. Na sequência, passou-se à apresentação das planilhas contendo as pendências referentes ao exercício de 2026

PLANO FINANCEIRO 2026		
	JANEIRO	FEVEREIRO
CONT. SEGURADO MENSAL	536.376,32	521.368,66
PENDÊNCIA DE PAGAMENTO	1.688,74	323.844,87
CONT. PATRONAL MENSAL	510.779,25	487.969,82
PENDÊNCIA DE PAGAMENTO	-	487.969,82
APORTE	6.711.499,91	6.213.146,69
PENDÊNCIA DE PAGAMENTO	-	6.213.146,69
TICKET	143.105,39	138.945,39
PENDÊNCIA DE PAGAMENTO	-	138.945,39
PENDÊNCIA	1.688,74	7.163.906,77
TOTAL DE PENDÊNCIA EM 2026		7.165.595,51

Não há pendências de repasse, no exercício de 2026, relativas às contribuições dos segurados do Plano Previdenciário, tampouco pendências de pagamento referentes aos três acordos de parcelamento vigentes. Na sequência, foram analisadas as contribuições da CODAU. Para o Plano Previdenciário, não foram identificadas pendências de pagamento; já no Plano Financeiro, conforme planilha a seguir:

CODAU - PLANO FINANCEIRO 2026		
	JANEIRO	FEVEREIRO

CONT. SEGURADO MENSAL	171.220,93	166.648,19
PENDÊNCIA DE PAGAMENTO	-	-
CONT. PATRONAL MENSAL	166.542,25	161.895,12
PENDÊNCIA DE PAGAMENTO	-	-
APORTE	183.396,27	130.957,72
PENDÊNCIA DE PAGAMENTO	183.396,27	130.957,72
TICKET	5.599,96	5.599,96
PENDÊNCIA DE PAGAMENTO	-	5.599,96
PENDÊNCIA	183.396,27	136.557,68
TOTAL DE PENDÊNCIA EM 2026	319.953,95	

As demais entidades, Fundação Cultural de Uberaba, Fundação de Ensino Técnico Intensivo – FETI, Fundação de Esporte e Lazer – FUNEL, IPSEV, a Câmara Municipal, bem como a Cohagra, e a Prefeitura de Lagoa Santa estão com todas as contribuições do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário em dia. Focamos agora na análise dos investimentos do período. Observamos que a movimentação da aplicação financeira em relação a Taxa Administrativa, não foi disponibilizada para nossa apreciação e comentários. Aguardamos o encaminhamento dos referidos documentos. Observamos que o saldo final da taxa de administração no exercício anterior era de R\$11.903.365,13. Em relação a carteira do IPSEV, o referido relatório nos mostra que em renda fixa o aporte no período em análise está na ordem de R\$979.209.191,23 representando 82,43% do total da carteira. Em renda variável R\$76.829.799,47 representando 6,47%. Investimentos no exterior R\$40.128.635,66 representando 3,38% do total da carteira, Estruturados aparece com um saldo de R\$89.975.033,99 representando 7,57% do total do patrimônio e fundo imobiliário R\$1.761.190,91 o que apresenta 0,15% da carteira total do RPPS. O relatório vem apresentando no somatório final de renda variável mais, estruturado e imobiliário o valor de R\$168.566.024,37 representando 14,19% da carteira. A carteira de investimentos do IPSEV em 2026, apresenta um retorno acumulado de 2,29%, sendo 1,55% em janeiro e 0,74% em fevereiro, contra uma meta acumulada de 1,90%. A meta para 2026 é IPCA + 5,70% a.a. O relatório do retorno dos investimentos após as movimentações, para Renda Fixa apresenta o saldo anterior de R\$966.731.784,24, o saldo entre aplicações e resgates no período em análise apresenta um resultado de R\$4.565.434,45 performando um retorno de R\$7.911.972,54 que representa 0,81% no período, neste período observamos uma perda de (-) R\$265.320,88 apresentando um saldo atual de

R\$979.209.191,23. O Var para o período ficou em 0,11%. Os fundos em Renda Variável nos mostram o relatório, que o saldo anterior era de R\$167.244.791,73, o resultado da diferença entre aplicações e resgates apresentou um resultado negativo de (-) R\$12.400,00. Após a movimentação o saldo atual ficou em R\$168.566.024,37, incluso também o retorno no período que foi de R\$1.333.632,64 o que representa 0,80% e o rendimento negativo caracterizando uma perda de (-) R\$1.035.521,18. O Var para o período ficou em 7,93%. Em relação aos fundos no Exterior, o saldo anterior era de R\$40.570.640,95, demonstra o relatório que no período não aconteceram aplicações e nem resgates e que performou -1,09% representado agora um resultado negativo de (-) R\$442.005,29 que resultou um saldo atual de R\$40.128.635,66. Na modalidade Empréstimo Consignado o valor investido é zero. As Perdas em Aplicações Financeiras contabilizaram um resultado negativo neste mês de (-)R\$1.893.242,63 distribuídas renda fixa (-)R\$265.320,88, renda variável (-)R\$1.035.521,18 e fundos no exterior (-)R\$592.400,57. A Consultoria de Valores Mobiliários Crédito e Mercado Engenharia Financeira, contratada pelo IPSEV, preveem emissão do Relatório Analítico de Investimentos, que é confeccionado e encaminhado todos os meses. A análise do enquadramento da carteira de investimentos por segmento, por subsegmento e fundo de investimento obedece aos limites impostos pela Resolução CMN 4963/2021. Portanto, pode-se concluir que não houve desenquadramento no período. Baseado na documentação relativa aos investimentos, entregues para a prestação de contas do mês em análise, este Conselho, aprova por unanimidade, o parecer do mês de fevereiro/2026, elaborado pelo Gestor de Recursos e aprovado pelo Comitê de Investimentos.

Esgotados todos os assuntos para serem tratados no momento, Luzia pergunta aos presentes se ainda desejam citar algum tema para discussão. Tendo a negativa dos presentes como resposta, a presidente do Conselho Fiscal agradece a participação de todos e declara encerrada a reunião. Solidariamente os componentes do Conselho Fiscal, que participaram presencialmente nesta reunião lavram e assinam a presente ata.

Uberaba, 31 de março de 2026.

PARTICIPAÇÕES VOLUNTÁRIAS
REPRESENTANTES DO IPSERV

Márcio Adriano O. Barros
Presidente

Bianca Cardoso de S. P. Vidal
Diretora Executiva

PARTICIPAÇÃO CONVIDADO
MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO

Afrânio Machado Borges Prata

CONSELHEIROS FISCAIS

Luzia Cristina da Silva
Conselheira Presidente

Cláudio Henrique Ferreira
Conselheiro Vice Presidente
Suplente

Carlos César Gonzaga
Conselheiro Secretário